

2019. “As novas paisagens rurais e a sua sustentabilidade social”, Franclim Castro e Sousa, José Dantas Lima Pereira, Marcelino de Sousa Lopes (Coords.), *Animação Sociocultural, Território Rural, Património, Turismo, Envelhecimento e Desenvolvimento Comunitário: Estratégias, Recursos e Métodos de Combate ao Despovoamento*, Chaves, Intervenção APDC – Associação para a promoção e divulgação cultural, pp. 151-168. ISBN: 978-989-99835-4-0.

AS NOVAS PAISAGENS RURAIS E A SUA SUSTENTABILIDADE SOCIAL

Maria Antónia Pires de Almeida

Investigadora do CIES, ISCTE-IUL

Resumo:

Fruto de um movimento demográfico em direção às cidades do litoral e ao estrangeiro iniciado com maior intensidade nos anos sessenta do século XX, o despovoamento rural tomou conta da paisagem do interior de Portugal, dando origem a fenómenos com consequências gravíssimas para a população que ainda resiste a viver longe dos grandes centros. O contexto da globalização e da Revolução Verde introduziu um novo tipo de agricultura em Portugal baseada na concentração fundiária em muito maior escala que o tradicional latifúndio, onde se aplica a monocultura intensiva ou superintensiva, especialmente de olival e frutos vermelhos, com utilização excessiva de mecanização e químicos, baseada em mão de obra precária, sazonal e, na maior parte dos casos, estrangeira com situação irregular no país, e que esgota a água de barragens que durante décadas alimentaram regadios perfeitamente sustentáveis. Atualmente, com anos de seca repetidos, a gestão da água tornou-se um dos principais problemas do planeta, e as questões ambientais e da qualidade de vida das populações deveriam estar na linha da frente das preocupações políticas. Temos assim um dilema de sustentabilidade social e ambiental que urge debater e trazer à atenção do público até agora pouco interessado nestas questões.

Palavras-chave: despovoamento; territórios; rural; monocultura; paisagem

Abstract:

As a result of a demographic movement towards the coastal urban areas and abroad, growing at a higher rate since the nineteen sixties, rural depopulation took over the landscape of the Portuguese inland territories. It has produced serious consequences for the population that still resists living far from the big cities. The context of globalization and the Green Revolution has introduced in Portugal a new type of agriculture based on land concentration, in a much larger scale than the traditional latifundium, with intensive and superintensive monoculture, particularly with olive trees and red fruits and excessive use of mechanisation and chemicals. This agriculture uses mostly precarious, seasonal and foreign labour. And most of this immigrant population is illegal. It has also been draining water from dams which have irrigated sustainable cultures for decades. Nowadays, with several successive years of draught, water management has become one of the main problems in our planet and issues such as the environment and the quality of life of the population should be on the frontline of political concerns. We are now faced with a dilemma of social and environmental sustainability which is urgent to bring into debate and to call for public awareness.

Keywords: depopulation; territories; rural; monoculture; landscape

Introdução

O interior de Portugal sofre de um despovoamento crónico que foi agravado desde o êxodo rural da década de sessenta do século XX. A população que ainda resiste a viver longe dos grandes centros vê-se confrontada com novos problemas que têm sido alvo de políticas públicas e de programas autárquicos com o objetivo de reverter esta situação.

As questões ligadas ao abastecimento alimentar do país, cronicamente deficiente, e à falta de mão de obra agrícola, especialmente no Alentejo, preocuparam os mais importante teóricos e políticos ao longo dos séculos, o que resultou em políticas públicas e processos legislativos destinados a fixar as populações no meio rural e a aumentar a produção. Esgotados os argumentos da defesa militar do país e da autossuficiência, especialmente com a adesão ao Mercado Único em 1986, o novo contexto da globalização e da Revolução Verde introduziu um novo tipo de agricultura em Portugal baseada na concentração fundiária em muito maior escala que o tradicional latifúndio. A monocultura intensiva ou superintensiva, especialmente de olival e frutos secos e vermelhos, utiliza a mecanização e os químicos de forma excessiva, assim como mão de obra precária, sazonal e, na maior parte dos casos, estrangeira com situação irregular no país. Em simultâneo tem-se verificado que as barragens alentejanas, que alimentaram regadios sustentáveis durante décadas, agora são esvaziadas com a rega destas culturas intensivas, uma situação que ultrapassa a simples explicação baseada nos períodos de seca, que já existiam antes e nunca tinham tido este tipo de consequências.

Em simultâneo, a deficiente gestão da floresta e o flagelo dos incêndios colocam em perigo a sobrevivência das populações que ainda resistem a viver nos meios rurais. Temos assim uma contradição entre o que é anunciado e vendido pelo poder local e pelos agentes turísticos como um país de paisagens, ambiente, património e gastronomia de grande qualidade e atração, onde os “novos rurais” querem viver, e uma realidade de estufas, plásticos, matas queimadas, ervas por cortar à beira das estradas e, no Alentejo, um montado tradicional substituído por quilómetros sem fim de olival em forma de arbusto, regados com químicos que poluem o ambiente e contaminam o ar e a água.

Atualmente, com anos de seca repetidos, a gestão da água tornou-se um dos principais problemas do planeta, e as questões ambientais deveriam estar na linha da

frente das preocupações políticas. Infelizmente tal não se verifica, pois a baixa densidade populacional torna estas regiões pouco relevantes devido à sua insignificância em termos eleitorais. Temos assim um dilema de sustentabilidade social e ambiental que urge debater e trazer à atenção de um público até agora pouco interessado nestas questões.

Identificam-se quatro fatores de risco para a sustentabilidade do meio rural português, para a paisagem e para a qualidade de vida das populações, e que podem levar à desertificação do território, três dos quais associados à monocultura intensiva: as florestas de eucalipto e pinheiro, o novo olival superintensivo, as estufas de frutos vermelhos e a mineração, especialmente as propostas de exploração do lítio. A partir desta descrição, obtida a partir de bibliografia especializada e dos programas políticos dos poderes central e local, pretende-se apurar responsabilidades sobre a qualidade de vida das populações, com incidência sobre o poder local. Verifica-se que os projetos têm tido dificuldade em ser postos em prática e que as soluções apresentadas devem ser revistas para um maior eficácia, especialmente no que diz respeito ao bem estar das populações.

1. O despovoamento rural e o aumento das desigualdades territoriais

O panorama demográfico do território português caracteriza-se por diferenças acentuadas entre os espaços urbanos do litoral e os rurais do interior, que se têm acentuado nas últimas décadas. Analisando os censos de 1960 e 2011, Lisboa perdeu 31.7% da sua população e o Porto 21.7%, enquanto as suas atuais áreas metropolitanas, cresceram consideravelmente, assim como outras cidades industriais como Braga e a Marinha Grande. Por outro lado, 202 concelhos perderam população, 53 dos quais perderam mais de 50%, todos eles nas regiões do interior e já com baixa densidade demográfica em 1960.

Nestes anos o país envelheceu significativamente: Os maiores de 65 anos tiveram um aumento de 183,7%; os menores de 14 diminuíram 39,3%; e a faixa etária entre os 15 e os 64 anos aumentou 24,9%. A percentagem de idosos sobre o total da população cresceu de 7,97% para 19,03% nestas décadas, a percentagem de menores de 14 anos diminuiu de 29,16% para 14,89%, invertendo a tendência. Nos concelhos do litoral a média dos idosos aumentou de 7,97% para 18,45% e nos do interior de 9,03% para 27,87%, enquanto os jovens do litoral diminuíram de 29,24% para 15,29% e os do

interior de 29,21% para 12,1%. Estes valores preocupantes tornam irreversível a tendência demográfica para o despovoamento, que realça as fragilidades destes territórios, onde as populações estão desprotegidas, isoladas e com acesso muito restrito a serviços de saúde, educação, comunicações e segurança. Por exemplo, a cobertura de redes de telemóvel e de internet é geralmente muito fraca, assim como os sistemas de prevenção de incêndios, como se verificou em 2017. O isolamento foi agravado com o encerramento de serviços públicos como escolas, postos de correio e tribunais e a diminuição do número de freguesias. Como consequência do despovoamento verifica-se também o aumento da fragilidade das estruturas sociais das povoações rurais. A perda do seu papel produtivo e da sua população ativa diminuiu o seu significado social, económico e político, que se traduz em poucos votos e um peso insignificante nos programas eleitorais de partidos com base maioritariamente urbana.

A tomada de consciência destas realidades levou o novo Governo de António Costa a aprovar um Programa Nacional para a Coesão Territorial em 2016, no qual foram definidos 165 municípios do “interior” e foram apresentadas 164 medidas com os objetivos de tornar o território do interior mais coeso, competitivo, sustentável, conectado e colaborativo (Almeida, 2018). Os municípios definidos ocupam 81,4% do território português. Neles vivia 35,2% da população portuguesa em 1960. Em 2011 viviam já só 19,7%. No período estudado, estes concelhos perderam mais de um milhão de habitantes para o estrangeiro e para os concelhos urbanos e litorais, o que corresponde a uma perda de um terço da sua população. Com estes valores é fácil verificar o agravamento da secular concentração populacional no litoral e o despovoamento do interior. O poder local tem realizado um esforço para contrariar esta tendência, valorizando os seus territórios, o património, o ambiente, a gastronomia, com estratégias de atração de pessoas e empresas para fixação de famílias e para a criação de emprego (Almeida, 2017), mas quem lá vai vê-se confrontado com uma realidade bastante diferente.

2. As novas paisagens rurais em Portugal e os riscos para a sustentabilidade

Com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), a agricultura portuguesa foi inserida na Política Agrícola Comum (PAC), o que afastou ainda mais mão de obra da agricultura. A introdução de subsídios para a especialização da agricultura veio alterar definitivamente o paradigma rural português. Mais

recentemente assistiu-se a uma maior concentração das explorações e ao aumento da monocultura intensiva, reproduzindo o modelo já há muito aplicado no Brasil e no Paraguai ou Moçambique, onde a maior parte das terras passaram a estar sob a propriedade ou arrendamento de corporações estrangeiras. A consequência direta foi o que atualmente se chama a desagrarização do rural, onde as populações já não têm na agricultura a sua atividade principal. Com uma população envelhecida, as atividades no mundo rural português concentram-se na prestação de serviços e em muitos concelhos rurais a câmara é o maior empregador. E a paisagem agrária foi transformada em espaços de lazer, de caça, de turismo e de conservação da natureza, onde as pessoas se deslocam para consumir o ar despoluído, as tradições e o património.

Num mundo rural “depois da agricultura”, encontram-se três tipos de agricultura: na primeira encontra-se uma agricultura altamente competitiva, especializada em frutos, vinho e azeite, que tem um papel fundamental nas exportações, mas produz escasso impacto nas comunidades locais, pois emprega muito pouca mão de obra permanente e usa maioritariamente trabalho sazonal; na segunda uma agricultura baseada na criação de gado, milho e trigo, altamente mecanizada e com baixo uso de mão de obra, totalmente dependente dos subsídios europeus. A terceira categoria é uma agricultura social, com hortas urbanas e pequenas propriedades, que funcionam como complemento a baixas reformas e situações de desemprego (Baptista, 2006). Esta sim tem algum impacto na vida comunitária e nas relações sociais, mas não tem capacidade para sustentar famílias.

Está aqui descrita uma incompatibilidade entre os residentes no meio rural e a agricultura que se pratica. Com uma mão de obra inexistente ou com pouca apetência para trabalhos sazonais, especialmente em regiões envelhecidas, a solução encontradas pelos empresários da monocultura intensiva praticada atualmente no Alentejo nas zonas de regadio é a contratação de trabalhadores imigrantes, copiando o modelo da Califórnia, também aplicado noutros países do Mediterrâneo e especialmente no sul de Espanha.

No sul de Portugal os trabalhadores sazonais são maioritariamente ilegais e a viverem em condições de grande vulnerabilidade, especialmente pela dependência que têm em relação às empresas de trabalho temporário que os trazem dos seus países para Portugal. Esta situação é um problema estrutural do modelo de agricultura que está a ser aplicado e que implica sazonalidade, e não dignifica um país com uma legislação

laboral que foi o resultado de quatro décadas de regime democrático e do trabalho legislativo de sucessivos governos que contribuíram para os direitos dos trabalhadores.

As reações locais têm variado. Algumas câmaras estão a tentar resolver os problemas levantados pela nova situação dos imigrantes. Estas pessoas originárias do Nepal, Tailândia, Paquistão e Europa de Leste encontram-se em grandes números no concelho de Odemira, assim como na região do Alqueva e começam também a aparecer nos novos olivais intensivos junto das Barragens do Maranhão e Montargil. A imigração sazonal supera as estatísticas oficiais. Odemira tem 5.000 residentes estrangeiros oficiais, mas estima-se que sejam mais próximos de 25.000, com elevado índice de masculinidade. Há problemas nas áreas da habitação, acesso a serviços de saúde e de educação, segurança das populações e mobilidade destes trabalhadores, que dificilmente chegam a ser integrados na sociedade local por terem tempos de permanência muito curtos. Algumas associações locais e redes de entidades públicas e privadas criaram postos de apoio aos imigrantes, de iniciativa das câmaras e do Ministério da Administração Interna¹. Foi o caso da Câmara Municipal de Odemira, que criou uma Comissão Local para a Interculturalidade e um Plano Municipal para delinear estratégias.

Ao mesmo tempo, o crescente aumento do número de explorações agrícolas que se instalam no Perímetro de Rega do Mira, em plena Costa Vicentina, “tudo cobrindo com estufas está a fazer recrudescer os protestos de quem vive rodeado de um mar de plástico que lhes esconde o horizonte e respira químicos variados” (Dias, 2018a), como pode ser observado na figura 1.

Figura 1: Estufas no concelho de Odemira.

¹ Por exemplo, a Rota do Guadiana em Serpa, <http://www.rotaguadiana.org/>, e a <http://www.solimigrante.org/>.



Fonte: imagem Google Earth, 17/06/2018.

A paisagem alentejana não foi alterada apenas com as estufas de plástico, mas também com o olival intensivo. Esta tendência começou com o plano de rega do Alqueva: a partir de 2010, o “maior lago artificial da Europa” começou a regar 120.000ha de terra agrícola. “As primeiras grandes áreas de olival moderno instaladas em Alqueva são responsabilidade de investidores espanhóis.” Em 2017 o olival intensivo no Alqueva já ocupava 41.243ha e em 2016 as exportações de azeite já ultrapassavam as importações em 26% (Edia, 2017: 102-104).

Sem dúvida que é atraente o facto de o olival superintensivo ter aumentado as exportações. Tornou-se mais rentável para os antigos proprietários venderem ou arrendarem as suas terras a empresas espanholas ou portuguesas. Ao fim de mais de dois séculos nas mesmas famílias, e resistindo a mudanças de regime e até a uma reforma agrária (Almeida, 2013), nos últimos anos as terras mudaram mãos e os descendentes das casas agrícolas mais importantes do Alentejo desistiram quase completamente da atividade. Para além de alterarem a paisagem, como pode ver-se nas figuras 2 a 4, onde se percebe a enorme diferença entre um olival tradicional e o superintensivo, estes novos olivais são regados 24h por dia, todos os dias, mesmo em períodos de seca extrema, e pulverizados com químicos. Como consequência, a Albufeira do Maranhão, que nos últimos sessenta anos irrigou olival, tomate, milho e arroz ao longo de 124km de Avis até Vila Franca de Xira, desde que rega os olivais intensivos que atinge níveis mínimos.

Figura 2: Olival tradicional *versus* olival superintensivo.



Fonte: fotografia de Fernando Máximo, 2017.

Figura 3:



Fonte: fotografia da autora, 2017.

Figura 4:



Fonte: fotografia de Fernando Máximo, 2017.

Nas figuras 5 e 6 podemos observar que a Albufeira do Maranhão junto ao Ervedal e a Benavila, no concelho de Avis, ficou completamente vazia no inverno de 2018. Com períodos de seca prolongada como já se verificam, haverá seguramente uma redução das disponibilidades hídricas, o que torna cada vez mais perigosa a utilização excessiva das águas das barragens para culturas que esgotam os perímetros de rega.

Figura 5:



Fonte: fotografia da autora, 2018.

Figura 6:



Fonte: fotografia da autora, 2018.

Além de esgotarem a água, estes olivais estão junto às povoações, poluindo o ambiente com químicos, tanto pelo ar como contaminando as terras. Usam mão de obra estrangeira, precária e ilegal (Guedes, 2018), em nada contribuindo para a economia local, nem com impostos, nem mesmo com a compra de combustíveis, que vêm diretamente de Espanha. Para culminar, têm feito arranques ilegais de azinheiras (Dias, 2018b) e são responsáveis pela morte de aves (Dias, 2019).

Em 06/05/2019 o Bloco de Esquerda apresentou na Assembleia da República um projeto de lei para o condicionamento da instalação de olival e amendoal intensivos e superintensivos através de uma carta nacional de ordenamento agrícola, para o estabelecimento de uma distância mínima nunca inferior a 500 metros em relação a habitações e aglomerados populacionais e para a proibição da colheita noturna. Aguarda-se discussão e votação. Neste projeto de lei são elencados os riscos deste tipo de culturas intensivas e superintensivas, especialmente os problemas relacionados com a degradação dos recursos naturais, com a destruição de biodiversidade e com os riscos de erosão e contaminação do solo e recursos hídricos devido ao uso excessivo de adubos e pesticidas e à extensão territorial que estes sistemas podem atingir. “À agricultura de regadio encontram-se associados importantes processos de degradação como a salinização, sobre exploração dos aquíferos, contaminação do solo por pesticidas e fertilizantes, erosão do solo e alterações da paisagem”².

Em junho de 2019 o Governo anunciou o fim dos apoios à instalação de novos olivais junto ao Alqueva.

Na sua vertente florestal, o território português está dominado pelo eucalipto, que ocupa 26% da área, seguido do sobreiro e do pinheiro com 23% cada. Em 1938 foi iniciado um Plano de Povoamento Florestal com o objetivo de levar benefícios económicos e contribuir para a fixação das populações nos territórios rurais. A sua área geográfica incidia sobre os baldios ao norte do Tejo e contemplava espécies que se adaptassem melhor ao solo e ao clima e contribuíssem para a substituição das importações, nomeadamente para o fomento da indústria da celulose: o pinheiro marítimo e mais tarde, nos anos sessenta, o eucalipto, que foram plantados em dunas e serras para fixar os areais junto às praias e evitar os deslizamentos de terras.

² Projeto de Lei 1210/XIII, <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleIniciativa.aspx?BID=43734>.

Atualmente o perfil florestal português é maioritariamente privado, com apenas 3% da floresta em propriedade pública. Um dos maiores problemas é que se estima que mais de 20% do território não tem proprietário conhecido. O aumento dos incêndios deve-se ao abandono das áreas agrícolas, que se converteram em áreas de crescimento espontâneo e de regeneração natural (Nunes, Meireles, Gomes, Ribeiro, 2019). Os perigos para as populações que ainda resistem em meio rural aumentam exponencialmente em cada ano e os períodos de seca vão crescendo, sendo o Estado um dos maiores incumpridores no que diz respeito a limpezas de matos e bermas de estradas. Não apenas a negligência e os incêndios colocam em risco vidas humanas e bens materiais, como os seus vestígios permanecem durante anos por simples abandono. As paisagens de árvores queimadas, que nunca foram cortadas após os incêndios, tornaram-se um espetáculo assustador por todo o centro e norte de Portugal, mesmo junto a povoações que atraem turistas, como são os casos de Piódão ou Monsanto (figura 7, na estrada para o Piódão). Este panorama degradante e a continuação dos fogos durante o verão contrastam com o cartão postal anunciado e anulam a atratividade de regiões que muito teriam a beneficiar com as receitas dos visitantes e com a instalação de novos residentes.

Figura 7:



Fonte: fotografia da autora, 2019.

Tiago Oliveira, Presidente da Estrutura de Missão para os Sistema Integrado de Fogos Rurais, criada pelo XXI Governo após os incêndios de junho e outubro de 2017,

defende a aposta na silvopastorícia, no fogo controlado e em pôr as pessoas a cuidar da sua terra:

a área de sobreiro tem de migrar para Norte e pode ser um bom competidor de ocupação do solo e de rentabilidade para o proprietário que, à falta de alternativas, vai para a solução mais barata e mais fácil e que lhe dá mais rendimento no curto prazo [o eucalipto]. O sobreiro é uma boa alternativa, resiliente ao fogo e que convive bem com a pastorícia (Tomás, 2018).

Para completar a destruição da paisagem portuguesa, somos confrontados com a exploração de minas, em especial o lítio em Montalegre. Segundo o Secretário de Estado da Energia, "o lítio é da maior importância porque faz parte da cadeia de valor das baterias e é muito importante para a mobilidade elétrica". O plano inclui minas e fábrica (S. A. 2019a). Contudo,

os impactos ambientais e sociais decorrentes da extração destes minérios não só são tão ou mais nocivos e tóxicos quanto as extrações de combustíveis convencionais como também as matérias-primas associadas às energias renováveis são obtidas por uma indústria de exploração mineira que prejudica as comunidades locais e não cumpre critérios ambientais ou laborais adequados (Rodrigues, 2019).

As populações locais e as autarquias, com o apoio de organizações ambientalistas, estão a mobilizar-se para tentar evitar uma "corrida ao lítio" em Portugal (S. A. 2019b). Também nos concelhos de Grândola, Alcácer do Sal e Ferreira do Alentejo há proprietários assustados com a exploração mineira no litoral alentejano que abrange 10 mil hectares: "Perfurações para pesquisa estão a deixar raízes à vista. Produtores temem que um dos montados de sobreiro mais bonitos do país acabe como a aldeia do Lousal, ao abandono e contaminada" (Alves, 2019). Neste caso, mais uma vez, é uma empresa estrangeira a fazer a prospeção. Entre o aumento das exportações e da produtividade e o bem-estar dos residentes que ainda vivem nos meios rurais, a economia parece sair vitoriosa. É aqui que tem de entrar a ação das autarquias, que têm a obrigação moral e política de defender as suas populações e os seus territórios e de cumprir o que está nos programas políticos dos seus representantes eleitos.

3. Propostas de discussão

Se a política agrária do Estado Novo, em especial as Campanhas do Trigo e o Plano de Povoamento Florestal, foram planeadas por agrónomos do regime como um plano nacional para melhorar a produtividade, alimentar a população e defender o meio rural, e ainda assim os seus resultados podem ser questionados, no que diz respeito à erosão dos solos, à erosão genética e aos incêndios das zonas florestais, estas novas campanhas de monocultura superintensiva com incidência sobre o olival e os frutos vermelhos, assim como as áreas florestais que ardem todos os anos, não têm qualquer orientação do Estado, nem interesse para o país ou para as populações locais. São realizadas por iniciativa privada, com enormes investimentos de fundos internacionais, apenas com o interesse particular em aumentar a produção e as exportações, com o aplauso do Ministro da Agricultura, mas sem qualquer consideração pelas populações locais, nem pelos direitos dos trabalhadores que nelas participam de forma sazonal, precária e vítimas de tráfego internacional, sem respeito pelas leis, nem pela dignidade humana. Podem assim ser muito mais prejudiciais que as anteriores do século XX, especialmente a nível da erosão dos solos, da poluição, para não falar do agravamento das condições sociais e do despovoamento dos territórios.

Os incêndios podem ser ateados por mão criminosa ou negligência, mas alimentam-se de mato e floresta com espécies não autóctones. O que se encontra atualmente no mundo rural português é uma paisagem monótona onde impera a monocultura industrial, altamente mecanizada, com uso de químicos e baixo uso de mão de obra permanente, logo, sem interesse para as economias locais, nem para o desenvolvimento social. A estrutura social foi transformada com o despovoamento, com a precarização das estruturas regionais e com a perda de importância da atividade agrícola para as populações residentes, o que diminuiu a sua importância social e política e desvaloriza o património local.

O poder local pede maior autonomia e descentralização, o que implica uma maior responsabilização sobre o que se produz e sobre as ações das empresas e dos cidadãos intervenientes nos seus municípios. Ao permitirem a alteração da paisagem, as autarquias estão a perder o seu maior trunfo: o património que venderam aos seus eleitores e aos consumidores, turistas e novos residentes que tentam desesperadamente atrair. Mesmo num regime de propriedade privada na qual os proprietários são livres de

agir conforme lhes é mais conveniente do ponto de vista económico, e tendo em conta que os subsídios europeus são dados pela produtividade, o interesse das populações devem ser vigiados e supervisionados pelos municípios, em particular a saúde, a segurança e as oportunidades de emprego com contratos e direitos sociais.

A proximidade das juntas de freguesia e das câmaras permite a deteção de irregularidades e a respetiva denúncia é uma obrigação cívica e moral dos representantes eleitos. Igualmente as decisões e políticas públicas têm de ser apoiadas na ciência e nos especialistas, tanto nas áreas da agronomia e da engenharia florestal, como nas ciências sociais que também devem ser chamadas para dar o seu contributo para as soluções de combate ao despovoamento, à atração de população qualificada aos territórios desprotegidos e à gestão dos mesmos, assim como à criação de melhores condições de vida.

O único meio de transformar esta realidade é a conversão da agricultura num novo modelo mais sustentável que proporcione trabalho permanente para as populações locais, contribuindo assim para a fixação de trabalhadores e das suas famílias. E para o povoamento a longo prazo desses territórios. Alguns empresários agrícolas ainda tentam manter as suas explorações de forma tradicional. Outros converteram as suas herdades em locais de diversificação de culturas, combinando a agro-silvo-pastorícia. A conjugação de árvores, animais e colheitas pode aumentar a produção de comida, além de enriquecer o solo, aumentar a biodiversidade e absorver o dióxido de carbono da atmosfera. Segundo Maria Helena Semedo, vice-diretora da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, sabe-se que os sistemas agroflorestais podem ajudar a diversificar e sustentar a produção de alimentos e fornecer benefícios sociais, económicos e ambientais fundamentais para a terra (Vidal, 2019).

Este seria um caminho para ultrapassar a nossa dependência da venda de recursos naturais aos estrangeiros. Contudo, muito poucos proprietários reúnem condições ou vontade para realizar esta conversão. Continuamos assim com a enorme contradição entre uma propaganda irrealista de um mundo rural que os urbanos gostariam de consumir, com o respetivo património, gastronomia e ambiente despoluído, e uma paisagem adulterada que cada vez mais vai deixar de corresponder a essas expectativas. Além de já ter um ambiente contaminado, uma ineficiente gestão da água, insegurança, e comunicações deficientes. Essa contradição verifica-se também ao nível dos programas do poder local e do governo central, cuja concretização das políticas públicas

nunca chega a ser posta em prática, especialmente nos quatro anos de legislatura, que são insuficientes.

O despovoamento rural é irreversível. Mas as populações que ainda vivem no interior também merecem o acesso aos serviços e à qualidade de vida dos outros cidadãos, direitos que lhes estão atribuídos na Constituição da República Portuguesa. A realidade dos incêndios e a discussão sobre as monoculturas intensivas acenderam algum interesse do discurso político sobre o mundo rural, mas a nível das inspeções e da correção das situações descritas ainda existe um grande trabalho legislativo e no terreno por realizar. Sobretudo é necessária uma mudança cultural e das mentalidades, que torne atraente a possibilidade de investimentos em meio rural, mas em empresas que criem empregos permanentes e qualificados, e sobretudo num modelo de agricultura e floresta mais adequado ao clima mediterrânico e a recursos hídricos cada vez mais escassos.

Referências bibliográficas:

- Almeida, M. A. (2013). Landlords, Tenants and Agrarian Reform: Local Elites and Regime Transitions in Avis, Portugal, 1778-201. In *Rural History*, 24 (2), 127-142.
- Almeida, M. A. (2017). Territorial inequalities: depopulation and local development policies in the Portuguese rural world. In *AGER – Revista de Estudos sobre Despoblación y Desarrollo Rural*, 22, 61-87.
- Almeida, M. A. (2018). Fighting depopulation in Portugal: local and central government policies in times of crisis. In *Portuguese Journal of Social Science*, 17 (3) 289-309.
- Alves, J. M. (2019). Milhares de sobreiros em risco? A mina que ainda não abriu e já está a assustar muita gente. In *Jornal I*, 15/07/2019.
- Baptista, F. O. (2006). O rural depois da agricultura. In Fonseca, M. L. (ed.). *Desenvolvimento e território: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade, 85-105.
- Dias, C. (2018a). Plásticos das estufas e químicos cobrem o Sudoeste e não há nada que o impeça. In *Público*, 18/05/2018.
- Dias, C. (2018b). Mais de um milhar de azinheiras arrancadas para dar lugar a olival intensivo. In *Público*, 30/10/2018.
- Dias, C. (2019). No Alentejo também houve aves mortas durante a apanha nocturna de azeitona. In *Público*, 18/02/2019.
- Edia (2017). *Anuário Agrícola de Alqueva*. Beja: Direção de Economia da Água e Promoção do Regadio.
- Guedes, N. (2018). ‘A Fábrica da Azeitona’. Reportagem TSF num Alentejo a mudar rapidamente. In *TSF*, 08/02/2018.
- Instituto Nacional de Estatística (1960-2011). *Recenseamentos Gerais da População*, Lisboa.
- Nunes, L.; Meireles, C.; Gomes, C.; N.; Ribeiro, N. (2019). Socioeconomic Aspects of the Forests in Portugal: Recent Evolution and Perspectives of Sustainability of the Resource. In *Forests*, 10 (5), 361.
- Programa Nacional para a Coesão Territorial, www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/programa/programa-nacional-para-a-coesao-territorial-/ficheiros-coesao-territorial/programa-nacional-para-a-coesaoterritorial-implementacao-acompanhamento-e-monitorizacao-pdf.aspx.
- Projeto de Lei 1210/XIII, <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleIniciativa.aspx?BID=43734>.
- Rodrigues, L. F. (2019). O mundo não será salvo por energias renováveis. In *Jornal I*, 18/07/2019.
- S. A. (2019a). Lítio. Governo quer Portugal ‘no centro da cadeia de valor’ com minas e fábrica. In *Observador*, 11/03/2019.
- S. A. (2019b). Levantamento dos pedidos de prospeção e pesquisa de depósitos de lítio. In *Alerta Lítio. Quercus*, 11/07/2019.

- Tomás, C. (2018). Tiago Oliveira: 'Ou mudamos a paisagem ou temos de mudar de vida'. In *Expresso*, 22/09/2018.
- Vidal, J. (2019). Putting pigs in the shade: the radical farming system banking on trees. In *The Guardian*, 13/07/2019.